

COORDENAÇÃO

Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Justiça | informativo 1 | maio de 2019

PEC 6/2019 é ataque à classe trabalhadora

Reforma da Previdência corta direitos e prejudica os setores mais pobres da população

Se for aprovada pelo Congresso Nacional, a PEC nº 6/2019, que trata da reforma da Previdência, trará prejuízos enormes aos trabalhadores – em especial às camadas mais pobres da população. As mudanças sugeridas pelo governo colocam em risco a sobrevivência do sistema de proteção social garantido pela Constituição de 1988. O que a equipe econômica de Bolsonaro quer é destruir a seguridade e adotar um modelo de capitalização que se contrapõe ao princípio da solidariedade. Com isso, as contribuições mensais feitas por milhões de pessoas não resultarão necessariamente em benefícios. Tudo vai depender das oscilações do mercado financeiro.

Saiba mais sobre a reforma da Previdência



► **A idade** mínima para se aposentar aumentará sete anos para mulheres (passando para 62 anos) e cinco anos para homens (passando para 65 anos)

► **O tempo** mínimo de contribuição para aposentadoria (30 anos para mulheres e 35 anos para homens) não garantirá proventos com base em 100% da média das contribuições. Isso só acontecerá quando forem atingidos 40 anos de contribuição

- **A aposentadoria** dos professores será concedida aos 60 anos de idade. A idade mínima e o tempo de contribuição aumentarão em cinco anos
- **Os servidores** aposentados pelas regras de transição não terão direito à paridade (proventos iguais aos salários do pessoal da ativa)
- **Os bancos** serão beneficiados duas vezes: com mais dinheiro do governo para pagar juros da dívida pública e mais dinheiro da sociedade investido na previdência privada

Greve geral - A reforma da Previdência provocará o aumento da pobreza. Para se contrapor a ela, trabalhadores vão parar o País no dia 14 de junho. Uma greve geral foi convocada para essa data. A Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Justiça participará do movimento (*leia matéria seguinte*), que tem por objetivo fortalecer a luta em defesa de direitos fundamentais assegurados a todos os brasileiros.

No dia 14 de junho, o Brasil vai parar

GREVE GERAL

Em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a reforma da Previdência

Coordenação retoma atividades e se manifesta em defesa da Previdência

Movimento surgiu em 1998, em oposição ao caráter burocrático das direções da Fenajud

A Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Justiça está de volta. O movimento foi criado em 1998, em Belo Horizonte, num encontro que reuniu sindicatos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Na época, essas entidades questionavam o caráter burocratizado das direções que se sucederam na Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud) desde 1989, ano do seu surgimento. A intenção era criar mecanismos de unificação das lutas da categoria em todo o País.



Fórum Social Mundial: Coordenação esteve nos encontros realizados entre 2001 e 2005, e aprovou documento sobre a democratização da Justiça

Debates - Até 2007, quando encerrou suas atividades, a Coordenação cumpriu papel importante na defesa da classe trabalhadora. Em diferentes momentos, esse trabalho contou com a participação de representações de Estados como Rio de Janeiro, Maranhão, Santa Catarina, São Paulo, Pará, Piauí, Mato Grosso do Sul, Bahia, Ceará e Roraima. Foram cinco encontros nacionais, com debates que consolidaram ações em defesa da democratização do Judiciário.

No Rio - O ressurgimento da Coordenação foi definido numa reunião que aconteceu no dia 23 de março deste ano, no Rio de Janeiro. Anteriormente, um grupo de estudos havia sido constituído em setembro de 2018, em São Paulo, para avaliar os problemas enfrentados no âmbito do Judiciário estadual. Concluiu-se, então, pela necessidade de reforçar as alternativas de defesa da categoria, uma vez que a Fenajud não conseguiu, até hoje, superar o modelo burocrático que a impede de se tornar uma referência para os trabalhadores.

Princípios - Com base em sua carta de princípios histórica (*veja quadro nesta página*), a Coordenação vai assumir responsabilidade pela edição da revista *Contra Legem*, que prepara o lançamento do seu oitavo número, e participará das mobilizações em defesa da Previdência pública, que incluem a greve geral convocada para o próximo dia 14 de junho. Uma nova reunião acontecerá em Curitiba, no dia 27 de julho.

Os princípios da Coordenação

- ▶ **Fortalecer** as lutas populares
- ▶ **Lutar** contra reformas que eliminam direitos dos trabalhadores
- ▶ **Lutar** pela reforma agrária e urbana
- ▶ **Combater** as privatizações e a terceirização de serviços
- ▶ **Defender** o serviço público
- ▶ **Lutar** pela democratização do Poder Judiciário
- ▶ **Defender** o controle popular do Poder Judiciário
- ▶ **Defender** a autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário
- ▶ **Lutar** pela soberania dos povos
- ▶ **Combater** a precarização do trabalho